

ALGUNS INDÍCIOS PARA ESCLARECER O VERDADEIRO MOTIVO DA VIAGEM DA FAMÍLIA MOREIRA DE SOUSA PARA A CIDADE DO RIO DE JANEIRO NO NAVIO ALMIRANTE JACEGUAY EM DEZEMBRO DE 1934

(SOME INDICATIONS TO EXPLAIN THE TRUE MOTIVE FOR THE MOREIRA DE SOUSA FAMILY'S JOURNEY TO RIO DE JANEIRO ON THE SHIL "ALMIRANTE JACEGUAY" IN DECEMBER, 1934)

MARIA JURACI MAIA CAVALCANTE¹

RESUMO

O presente ensaio procura esclarecer o motivo que levou o educador Joaquim Moreira de Sousa, Diretor da Instrução Pública do Ceará, a abandonar o cargo que ocupava, em 1934, bem como, a cidade de Fortaleza para recomeçar sua vida profissional no Rio de Janeiro, revelando como a disputa por uma vaga de professor da Escola Normal Pedro II encerrava um conflito político que ia muito além de querelas meramente pessoais.

Palavras-chave: história da educação, política, vida privada.

ABSTRACT

This study tries to understand the motives which led the educator Joaquim Moreira de Sousa, Director of Public Instruction in the State of Ceará, to abandon, not only the position he occupied in 1934, but also the city of Fortaleza itself, to begin his professional life in Rio de Janeiro. It shows how the struggle for a vacancy for a professorship in the Pedro II High School terminated a political conflict that went much further than mere personal quarrels.

Keywords: history of education, politics, private life.

Designado pelo Interventor para um Congresso no Rio de Janeiro, em 1934, Joaquim viajou. No entanto, o Interventor foi demitido e, ao deixar o cargo, despatchou o fatídico processo do concurso de pedagogia nomeando D. Edite. Ao saber da notícia, Joaquim pe-

diu demissão do cargo que ocupava e aceitou o cargo de Técnico de Educação Interino, no Rio de Janeiro. A família vendeu tudo o que tinha e Joaquim voltou apenas para buscar a família. Foi uma reviravolta completa na vida de todos. Muitas dúvidas e grande ansiedade acompanharam o casal e seus filhos nos novos rumos. No entanto, para as crianças a viagem foi uma festa. Pela primeira vez haviam provado água gelada e, é claro, isto foi um grande acontecimento. Ao atracarem na Cidade do Rio de Janeiro, o casal tentou aparentar segurança e queria dar boa impressão aos novos amigos que os foram receber, mas justamente nesta hora ocorreu mais uma das famosas brigas entre Rodrigo e Martiniano. Eles se atracaram no convés, em frente de todos. Este episódio serviu para disfarçar a tensão e acabou em risos. A vida que esperava a família não seria nada fácil...Mas isto é uma outra história, que será contada na próxima reunião: A VIDA NA GUAXUPÉ. Mas, o que ficou bem claro para os descendentes é que ninguém ficou realmente sabendo o verdadeiro motivo para essa tamanha aventura e porque este ramo dos Moreira veio parar na cidade do Rio de Janeiro. Orgulho ferido? É pouco para que um casal responsável largasse tudo e se aventurasse com oito filhos numa cidade desconhecida, sem parentes e sem velhos amigos. Mas, aconteceu e cá estamos NÓS.

O presente ensaio quer mostrar as tênues linhas que separam os domínios da vida privada e da vida pública. Tudo depende de quem olha, de que lugar examina os acontecimentos. O trecho acima foi escrito por um dos filhos do educador cearense Joaquim Moreira de Sousa², em texto que me foi concedido pela própria

¹ Professora Titular do Departamento de Estudos Especializados da Faced-UFC. Mestre e Doutora em Sociologia. Pesquisadora da área de História da Educação.

² Joaquim Moreira de Sousa nasceu no dia 10 de abril de 1893, na cidade de São Bernardo das Russas, no Ceará. Aos 13 anos, entrou para o Seminário dos Salesianos, em Fortaleza. Saindo do Seminário, foi ser professor no Colégio do Dr. Pimentel, na região de Baturité, casando-se com Onélia Barbosa, em 1918. Criou o Colégio José de Alencar, que funcionou nas cidades cearenses de Morada Nova, Russas e Aracati. Em 1920, prestou exames para Bacharel em Direito, em Fortaleza. Advogado, exerceu a função de Promotor Público. Ocupou o cargo de Diretor da Instrução Pública, no Estado do Ceará, de 1929-30 e de 1931-34. Na qualidade de reformador escolanovista, organizou e instalou a Escola Normal Rural do Juazeiro do Norte. Foi Técnico de Educação do Ministério de Educação, desde 1934, no Rio de Janeiro. Trabalhou junto ao DASP, INEP e é autor de dois importantes estudos sobre a história educacional do Ceará. Faleceu a 6 de janeiro de 1968.

família, a qual tem cuidado com zelo admirável da sua genealogia e memória. Por força do acaso, consegui reunir uma série de documentos sobre a vida pública daquele educador e ao saber do intrigante fato de que os seus filhos desconhecem o verdadeiro motivo que levou o eminente educador, aos 41 anos de idade, a abandonar tudo o que havia construído no Ceará - ao longo de várias décadas, em termos de bens materiais, prestígio profissional e político - para reiniciar a vida na então capital da República, resolvi contribuir com a elucidação do mistério que envolve a surpreendente viagem dos Moreira de Sousa, algo que alimenta tão vivamente, ainda hoje, a crônica da família.

O que todos sabem é que a decisão foi resultado do seu enorme descontentamento face à nomeação da professora Edite Braga para a vaga de Pedagogia da Escola Normal Pedro II, após o escandaloso processo que envolveu o Concurso Público em que foram candidatos concorrentes Joaquim Moreira de Sousa e a educadora nomeada. A própria história do concurso tem para a família o sabor do desconhecido, haja vista que quando Moreira de Sousa nele se inscreveu, ocupava o importante cargo de Diretor da Instrução Pública do Estado do Ceará, em segundo mandato e integrava, através da Associação Brasileira de Educação, o círculo de educadores de expressão nacional, ao lado de Lourenço Filho e Anísio Teixeira. Aqui está um primeiro indício para uma avaliação do impacto que a notícia da nomeação de sua concorrente teve sobre Moreira de Sousa: ser derrotado naquele concurso, na qualidade de expoente máximo da administração pública educacional. Não é difícil avaliar a desmoralização que ele sofreu como autoridade principal de uma área de grande visibilidade social.

Também não é demais supor que Joaquim Moreira de Sousa nunca imaginou que pudesse perder aquela vaga. Ele próprio dirá à imprensa que ao decidir submeter-se ao concurso, estava absolutamente seguro de que seria aprovado. A sua concorrente não parecia ameaçar a certeza que tinha de sua competência. Como uma simples Normalista poderia pôr em dúvida a superioridade intelectual de um Bacharel em Direito, organizador de uma escola privada, ousado reformador e dirigente máximo da escola pública, educador respeitado e sintonizado com a moderna corrente da Escola Nova?

No arquivo de documentos, organizado pelo então diretor da Escola Normal, Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá, é possível reconstituir o modo como o concurso público se transformou em processo judicial polêmico e escandaloso, movido que foi por Moreira de Sousa contra sua concorrente, alegando que ela havia plagiado os escritos de Lourenço Filho. O primeiro documento encontrado, foi uma carta de João

Hippolyto dirigida ao Interventor Federal do Ceará, datada de 5 de junho de 1933, a qual pode ser lida abaixo:

Exmo. Sr. Interventor no Estado do Ceará.

Tendo terminado no dia 27 de maio último as provas do concurso para preenchimento do lugar de catedrático de "Pedagogia" remetido a V. Excia., pelos trâmites regulares e de acordo com o art. 252 do Regulamento da Instrução, os documentos da inscrição dos candidatos, as provas escritas, os comprovantes das notas dos examinadores, os requerimentos dos candidatos solicitando reciprocamente a cópia das provas escritas, o requerimento de um deles sobre assunto da prova prática, a cópia das Atas e este meu Parecer.

No concurso inscreveram-se três pretendentes: D. Edite da Costa Braga, Dr. Joaquim Moreira de Sousa e Dr. Heribaldo Dias da Costa. Este último não compareceu às provas e não me deu ciência dos motivos por que faltara.

*Este concurso o mais ruidoso que de um conhecimento teve lugar no Ceará em vista das posições dos dois contendores terminou pela classificação de ambos em 1º lugar. O Regulamento da Instrução não prevê essa hipótese, que aliás, interpretada deante do art. 250 sobre o julgamento das provas, não se poderia dar desde que a comissão examinadora tinha de fazer uma classificação discutindo os méritos que os seus examinados tivessem revelado. O Decreto nº 686, de 23 de julho de 1932, revogou esse **modus faciendi** de julgar e não previu dita hipótese. O caso do direito à nomeação está sendo discutido na imprensa pelos juristas conterrâneos, sendo inúmeros os debates.*

Não me compete, entretanto, opinar não só porque não me julgo entendido em assuntos jurídicos como também pela condicional do art. 252 eu só apontaria o candidato à nomeação se um único fosse classificado em 1º lugar.

Ambos são ao meu ver professores de grande mérito e têm prestado igualmente serviços relevantes à instrução.

Acompanhando o Parecer faço também chegar às mãos de V. Excia. um memorial que me dirigiu a comissão examinadora em data de 29 de maio, quando me apresentou as suas despedidas.

Saudações.

J.H.A.S

5-junho-1933 - pr-559.

O referido parecer da Banca Examinadora, formada pelos professores de fora, Luiz Viana, Monsenhor Pedro Anísio Bezerra Dantas, Dr. F. Pinto de Abreu e Monsenhor Alves Landim, contém o mesmo teor do documento anterior, o qual pode ser resumido no trecho abaixo:

A mesa examinadora pôde bem aquilatar o alto preparo, a indiscutível habilitação profissional dos dois concurrentes. A pesar do falível, embora sincero, subjetivismo do julgamento, este chegou a um resultado que a todos se nos afigura justo: o da igualdade da nota final concedida aos candidatos.

O concurso é acompanhado com atenção desmesurada pela Imprensa. O acervo de recortes de jornais ordenado por João Hippolyto exibe a repercussão que esse acontecimento teve no meio político e intelectual local. O dia 25 de maio de 1933 assinala a presença do Interventor Federal, o Secretário da Fazenda, numerosos professores e alunas da Escola Normal, representantes da Imprensa e numerosas pessoas gradadas, para a leitura das provas escritas do concurso de Pedagogia, a que concorrem o sr. Moreira de Sousa, digno diretor da Instrução Pública do Estado, e a exma. Professora d. Edite da Costa Braga, que há cerca de dez anos ocupa aquela cadeira com real proficiência e brilhantismo. Vale a pena acompanhar na íntegra esse acontecimento:

Os trabalhos foram presididos pelo dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá, diretor da Escola, fazendo parte da banca, conforme fôra noticiado, os seguintes professores: dr. Francisco Pinto de Abreu, da Escola Normal de Pernambuco; monsenhor Alves Landim, da Escola Normal do Rio Grande do Norte; monsenhor Pedro Anísio, da Escola Normal da Paraíba; e dr. Luís Viana, da Escola Normal do Maranhão. Iniciados os trabalhos pouco antes de 8 horas, foi concedida a palavra primeiramente à professora Edite Dinoá da Costa Braga, que passou a lêr a sua prova, subordinada, como a do dr. Moreira de Sousa, aos seguintes temas:

DISSERTAÇÃO: Motivos pedagogicos da renovação escolar.

1º quesito: -Em que consiste a nova concepção da aprendizagem?

2º quesito: -Como se caracteriza a escola tradicional?

3º quesito: Quais as principais leis da aprendizagem?

Brilhante e reveladora de invejável cultura, a prova escrita de d. Edite Braga foi uma

demonstração inequívoca de seus profundos conhecimentos pedagogicos. Calcado, a cada passo, no ensinamento dos mestres, que eram citados com firmeza e precisão, o trabalho em apreço impressionou a leigos e entendidos tanto pela sistematização admirável de conceitos e pelo valor literario de que se revestiu como, sobretudo e principalmente, pela revelação de conhecimentos científicos em que na verdade se transformou.

Essa foi, inegavelmente, a nossa impressão, e, podemos dizer, a de todos quantos ali, despidos de partidatismo, tiveram o prazer de ouvir a leitura de tão admirável trabalho.

Terminada esta, houve ligeiro interválo para sorteio do ponto de amanhã, seguindo-se imediatamente, a leitura da prova do dr. Moreira de Sousa. Conhecendo como conhecemos o talento do ilustrado diretor da Instrução Pública, que com tanto ardor e entusiasmo se há batido entre nós em prôl da Escola Nova, seríamos insinceros se não afirmássemos que s.s. se preocupou em dar um caráter bastante pessoal á mesma, esquecendo-se, talvez, de que as provas escritas são feitas para os mestres e, como tal, devem constituir principalmente uma demonstração de cultura científica. Daí não se infira, porém, que desejemos diminuir o valor do ilustre batalhador da Instrução em nosso Estado, cujos meritos sempre fomos os primeiros a reconhecer e continuamos a proclamar.

Seguiu-se a leitura das notas, verificando-se o seguinte resultado:

	Edite	Moreira
Prof. Francisco Abreu	12	11
Mons. Alves Landim	12	12
Mons. Pedro Anísio	12	11
Prof. Luis Viana	<u>11</u>	<u>12</u>
	47	46

*Media: Edite - 11,75
Moreira - 11,50*

Causou geral estranheza a discrepancia das notas conferidas pelo prof. Luis Viana, cujo criterio, entretanto, não temos motivos para pôr em duvida. O reparo que fazemos, e que ouvimos de varios mestres presentes ao concurso, é baseado sobretudo nas notas dos três examinadores restantes.

Amanhã, ás 9 horas, realizar-se-á prova pratica dos dois candidatos sobre o ponto sorteado: "Linguagem"(testes).

Vale salientar o caráter espetacular que a disputa entre os dois educadores assume na cidade de Fortaleza. Este é um segundo e forte indício para que entendamos a decisão de Moreira de Sousa de migrar para o Rio de Janeiro. No período de maio de 1933 a setembro de 1934, será travada uma verdadeira batalha nos jornais locais e bastidores da política educacional local em torno do Concurso da Escola Normal. A cidade, seu público leitor e letrado, assistem curiosos à celeuma que o resultado dos exames criará, especialmente, ao longo daquele ano. Outro forte indício da reação melindrada de Moreira de Sousa, o tom cerimonial e estratificado, que envolve as provas a que são submetidos os dois candidatos, evidencia a grande importância social atribuída ao fato. A prova prática é realizada em clima de grande solenidade, tendo o Teatro José de Alencar como palco e recebendo tratamento de manchete no jornal vespertino recortado por João Hippolyto:

CONCURSO DE PEDAGOGIA DA ESCOLA NORMAL

Realizou-se hoje a ultima prova. O Resultado do Brilhante Certame

Perante incomputavel assistencia, realizou-se hoje, pela manhã, no "Teatro José de Alencar", a prova final do concurso de Pedagogia da Escola Normal Pedro II, disputado pelo dr. Moreira de Sousa, diretor da Instrução Publica do Estado, e pela exma. Professora d. Edite Dinoá da Costa Braga, que há quasi dez anos vem ocupando aquela cadeira.

Precisamente ás 9,50 deram entrada no palco do teatro oficial o exmo. Sr. Interventor federal, capitão Carneiro de Mendonça, o dr. João Hippolyto, diretor da Escola Normal, a banca examinadora, a candidata d. Edite Braga e os representantes da imprensa, sendo todos recebidos debaixo de prolongados aplausos.

Ficou tambem no palco uma luzida turma de alunas do 4.º ano da Escola Normal.

Dando inicio aos trabalhos, o sr. Interventor federal dirigiu breves mas expressivas palavras á assistencia, ressaltando que não precisaria recomendar calma e ponderação aos partidarios de ambos os lados, uma vez que outra coisa não era de esperar da educação e do cavalheirismo do povo cearense.

Em seguida, iniciou d. Edite Braga sua brilhantissima dissertação, através da qual patenteou mais uma vez a vasta cultura, oferecendo a todos os presentes uma prova indestrutivel de quanto são capazes a inteligencia e o valor da mulher cearense.

Dicção impecavel, calma absoluta, metodo invejavel na exposição e sobretudo uma segurança inabalavel na materia explicada – foram sem duvida alguma os requisitos essenciais que prenderam e conquistaram a atenção de todos os presentes, criando em torno de sua individualidade uma atmosfera de justa, sincera e entusiastica admiração.

Numa palavra, a prova de d. Edite foi uma prova de mestre, verdadeiramente insuperavel e insuperada. E, com tanta perfeição se houve a propecta candidata em sua clarissima exposição oral, que, esgotados os cincoenta minutos regulamentares, tinha s.s. chegado brilhantemente ao final do ponto, que ficou integralmente explicado.

O dr. Moreira de Sousa, que iniciou sua prova cerca de onze horas, antecedeu-a de um eloquente exordio para demonstrar á banca examinadora que antes de ter sido delegado e diretor da Instrução fôra sempre e principalmente professor.

Em seguida, passou a discorrer sobre o ponto, o que fez, inegavelmente, de maneira elogiável, prendendo o auditório com sua palavra facil e sobretudo com os arroubos de oratoria que, conforme ele mesmo frisou, de vez em quando pontilhavam no decorrer da dissertação.

Foi, na verdade, uma magnifica aula a que s.s. professou na manhã de hoje e pelo brilho da mesma não se lhe podem regatear aplausos.

É de lamentar apenas que s.s. não tivesse explicado o ponto por completo, o que seria inegavelmente de melhor efeito.

Terminada a prova do dr. Moreira de Sousa, passou a banca examinadora a proferir seu veredictum, constatando-se, afinal, o seguinte resultado:

	Edite	Moreira
Prof. Fco Abreu -	12	12
Mons. Pedro Anisio -	11	12
Mons. Alves Landim -	12	12
Prof. Luis Viana -	11	12
Medias:	Moreira -	12;
	Edite -	11,50.

O jornal continua o relato sobre as manifestações calorosas de apreço feitas por admiradores dos dois lados a seus candidatos preferidos. Apresenta a média final de 11,75, idêntica para os dois concorrentes e se

mostra visivelmente favorável à Edite Braga. Os recortes colecionados por João Hippolyto exibem a polêmica sobre a decisão acertada a ser tomada diante do impasse criado pelo empate dos candidatos. Juristas, partidários e gaiatos publicam suas considerações sobre a solução mais acertada. Em meio a uma infinidade de artigos sobre o assunto, chama a atenção um certo *Leota*, em artigo intitulado *Descalçando a Bota de S. Excia ...*, em que o autor dá a sua sugestão, em tom de sarcasmo, gozação e profundo conhecimento de causa:

Como todo cearense que sabe ler, acompanhei, com vivo interesse, esse esplendido jogo-floral, que foi o concurso para preenchimento da cadeira de Pedagogia da Escola Normal do Estado. Mas, palavra: o resultado das provas me desconcertou...Jamais supus que o torneio fosse rematado com um empate, que deve estar sendo uma pedra no sapato de Sua Excelencia o Sr. Interventor.

Como é? Perde o Diretor da Instrução, que tão galhardamente nos deu provas de sua capacidade? Perde a sua eminente competidora que, há dez anos, lecionava a materia e, no concurso, patenteou ser digna de figurar no elenco dos docentes do mais acreditado educandario que o Brasil tenha?

A questão é seria. Não há que cruzar os braços e dizer que entre les deux mon coeur balance. Há que decidir quem será o cathedratico, afrontando, embora, o embarras du choix.

Daqui, do meu apagamento, eu proporia, com o devido respeito, ao governo Estadual, me permitisse solucionar o ruidoso caso. Há muita gente agitada entre os torcedores, e eu nasci com a bossa de apaziguador de animos, ou, modestia á parte, de anjo da paz. Calma, senhores, calma! Não vale a pena arengar por tão pouco.

De chapéu á mão e pé atrás, rogo venia á administração de minha terra para lhe sugerir, mesmo sem ser "Conselheiro", qual o Clovis Fontenele, a solução subsequente.

Considero-me encarapitado no vetusto casarão da Praça de Tiburcio, e faço o Fidelis datilografar este Decreto:

—“Eu, Leota, não Interventor, mas intrometido na governança de minha terra, sem nomeação legal, mas atendendo ás exigencias da opinião publica;

Considerando que o cidadão dr. Moreira de Sousa se houve com raro brilhantismo no seu concurso para a cadeira de pedagogia da Escola Normal;

E, sobretudo, considerando que o aludido Bacharel, Diretor da Instrução, é um dos mais brilhantes talentos oratorios do Ceará, tanto que, si não mente a literatura sertanista, ele já fez, num juri de Russas, um adjunto de promotor ficar com boca de poldrinho novo;

Mas, considerando que a cidadã Dona Edite Braga empolgou a simpatia dos intelectuais conterraneos, provando por A mais B, que cultura literaria e científica não é privilegio de barbados;

E ainda considerando que a igualdade das notas recebidas pêlos dois candidatos é de ordem a merecer dos poderes publicos grande cuidado em não prejudicar nenhum dos valerosos concurrentes;

RESOLVO:

Nomeie-se para a cadeira de Pedagogia da Escola Normal, que vinha sendo ocupada por D. Edite Braga, o dr. Moreira de Sousa! E, para a vaga do dr. Moreira de Sousa na Diretoria da Instrução Publica, lavre-se, incontinenti, sem detença, sem um minuto de demora, a nomeação vitalicia de D. Edite Braga!

Cumpra-se esse Decreto, que ficará a casa quieta com o povo dentro. Macacos me lambam, si nele não houve muito espirito de justiça e de perfeita sabedoria salomonica...

LEOTA

Espirituoso, Leota sabe que para além da disputa entre os dois candidatos, está em jogo a luta renhida por cargos para a ocupação de espaços políticos de suma importância, no mesmo momento em que a Diretoria da Instrução Pública propõe a renovação da escola cearense. A exemplo do que ocorrera na década anterior, por ocasião da Reforma de 22, em que Lourenço Filho, de professor normalista de Pedagogia e Didática, passara a reformador da instrução pública e, mesmo galgando esta posição, precisara do apoio incondicional do então diretor da Escola Normal Pedro II para realizar aquela famosa “revolução” cultural.

São passados poucos dias e a celeuma atinge o seu clímax, quando Moreira de Sousa começa a analisar a prova escrita de Edite Braga no jornal **Gazeta de Notícias**, do sábado, dia 3 de junho de 1933, acusando-a de ter plagiado escritos de Lourenço Filho. Na sua análise, trechos da prova de Edite são postos ao lado de fragmentos de textos do livro *Introdução à Escola Nova* daquele educador, demonstrando que quase nada há de original na dissertação de sua concorrente, tendo ela se

limitado a copiar, de modo servil, conteúdos do livro citado. Em artigo de primeira página, lemos a manchete e, logo a seguir o gravíssimo desabafo de Moreira de Sousa, o qual provoca reações as mais diversas de apoio e repúdio no meio educacional:

O CONCURSO DE PEDAGOGIA **Plágios—copia servil**

Começo, hoje, de acordo com a minha promessa de ontem, a análise da prova escrita de d. Edith Braga, minha competidora no concurso de Pedagogia da Escola Normal Pedro II.

Faço-o, no propósito de dar aos intelectuais de minha terra e ao público, em geral, os motivos por que a banca examinadora me conferiu nota inferior a de minha antagonista, no momento de julgar as provas escritas.

Quando me inscrevi para concorrer à cátedra de Pedagogia da Escola Normal, conhecendo mui de perto, até onde chegava o preparo especializado da ilustre concorrente e até onde iam as suas possibilidades mentais, fiquei logo certo de minha vitória e continuei, calmamente, o trabalho normal de minhas funções públicas.

Já lêra algumas produções de caráter pedagógico, publicadas por D. Edith Braga; ouvira-lhe algumas palestras em cursos organizados pela Diretoria da instrução; tivéra sob as vistas cadernos com lições professadas pela mesma na Escola Normal; acompanhava-lhe os trabalhos realizados no Conselho de Educação do Estado e, de tudo quanto vira e ouvira sobre a cultura pedagógica de minha competidora, ficara-me a certeza absoluta de, em hipótese alguma, poder ser vencido no prelio a que concorria e para o qual me achava suficientemente preparado, por estudo conciente e por convicção do ideal que defendia.

Até o programa organizado para o concurso pela professora interina da cadeira disputada veio-me trazer a segurança de minha vitória. No mesmo colocou-se a Idade Moderna antes da Renascença e consideravam-se fatores de educação a Hereditariedade e o Determinismo, além de se copiarem títulos e sub-títulos de obras conhecidas, para formular pontos.

Incontestavelmente, tudo isso denunciava acanhada capacidade inventiva e desoladora pobreza mental.

E me apresentei para a prova escrita. O resultado foi aquilo que todo mundo sabe: uma cachoeira de erudição da parte contrária a es-

magar a modestia de meu obscuro trabalho pessoal. A banca examinadora julgou o que ouviu. Impressionada com a catadupa de conhecimentos revelados, ali, dentro de 3 horas, por minha concorrente, deu a esta uma nota superior à que me conferia. Vinte e cinco centesimos a mais. E as palmas, os gritos e as ovações estrugiram no ambiente pacato da Escola Normal.

Aquilo tudo não me descoroçoou.

Fui às provas práticas, onde não só para a banca examinadora mas para o público deviam os candidatos falar, revelando as qualidades especiais de educadores, de par com a maior ou menor largueza de conhecimentos pedagógicos.

Do que foram essas demonstrações de aptidões didáticas, já falou a imprensa, traduzindo o pensamento dos entendidos, dos técnicos, que assistiram às mesmas. Eu estava triunfante, apesar do comodo empate final aranjado pela banca examinadora.

Restava-me, no entanto, desvendar o misterio da superioridade da prova escrita de minha adversaria.

De posse de uma certidão desse documento, empenhei-me no trabalho de pesquisa e o que colhi venho trazer, hoje, ao conhecimento dos que sabem ler na minha terra.

A opinião culta do Ceará, constituída em tribunal de letras e ciencias, julgou-nos, a mim e à minha contendora, na prova pratica e na preleção. Faça-o, agora, também diante do que se vai expor, dizendo, depois se a banca examinadora esteve à altura do delicado cometimento que lhe foi confiado.

Moreira de Sousa prossegue esmiuçando o texto de Edite Braga. A comparação que apresenta é convincente, no sentido de que são visíveis as semelhanças entre a sua dissertação e o livro de Lourenço Filho. Admitindo-as, um defensor anônimo da professora rejeita o argumento favorável à idéia de plágio, recorrendo à noção de *erudição* de alguém que trabalha por um longo período com um mesmo tema e literatura. Dona Edite também procura a imprensa, comparecendo à sede do Jornal *O Povo* para explicar que não irá participar da discussão provocada por seu opositor:

AO PUBLICO

Esteve hoje nesta redação a exma. D. Edite da Costa Braga, professora interina de Pedagogia da Escola Normal.

A ilustrada e provecta educadora pediu-nos declarassemos que por uma questão de amor ao magistério e zelo disciplinar, deixa de aparecer na imprensa para discutir com o dr. Moreira de Sousa, diretor geral da Instrução Publica, no terreno para o qual acaba mesmo de arrastar sua campanha.

Não havendo meio de despojá-lo de sua autoridade, prefere d. Edite aguardar os acontecimentos, para agir oportunamente, no terreno util, sem quebra de sua compostura pessoal e funcional e sem arranhões á causa do ensino.

A educadora opta por uma posição bem mais elegante de cautela e retraimento, insinuando que não pode confrontar-se com a autoridade maior da área educacional no Ceará. O defensor anônimo de Edite na imprensa se apresenta sob o pseudônimo de JUSTUS, no jornal *O Povo*. Será ele o crítico que está atento aos passos de Moreira de Sousa e promete analisar sua prova:

CONCURSO DE PEDAGOGIA **Nova carta de Justus**

Escreve-nos Justus:

—“O sr. Moreira de Sousa prestou hoje um inestimável serviço a d^a Edite Braga, sr. Redator, quando reproduziu, da prova escrita de sua competidora, varios periodos em que ela expõe, DE MEMORIA, inumeras lições das maiores autoridades nacionais de Pedagogia.

Pouca gente será tão apaixonada pela materia de sua especialidade ao ponto de, como d^a Edite, assimilar tudo quanto escreveram os luminares da ciencia.

Ela demonstrou conhecimentos minuciosos da literatura pedagogica brasileira.

Como já frizei, na carta de hontem, o concurso não era de inventiva.

Os candidatos deveriam exatamente positivar que estavam ao corrente do acervo magistral, das teses incorporadas ao patrimonio literario da materia.

Isso foi o que faltou ao sr. Moreira de Sousa, que se limitou a produzir uma oratoria vaga, flutuante, imprecisa, dando logar, como deu na ultima prova, a que s.s. não esgotasse o ponto e se visse obrigado a encher o tempo com demoradas incursões em três pontos extranhos.

· Prometo, sr. Redator, tambem dissecar a prova escrita do sr. Moreira de Sousa que, pelo que ouvi durante a sua leitura, não resiste á menor análise.

JUSTUS

No dia seguinte, 6 de junho de 1933, Moreira de Sousa se defende do ataque do Justus, pede desculpas á Dona Edite, por estar sendo descortês e explica por que procede assim para com uma colega contra quem nada tem de pessoal. O educador se mostra vítima da maldade humana, como se pode ler no jornal *Gazeta de Noticias* abaixo:

O CONCURSO DE PEDAGOGIA **A Prova escrita de minha competidora**

A maldade humana anda de gatinhas, na tocaia, procurando, neste caso do concurso de pedagogia, tirar partido, para uma desfôrta no terreno dos interesses contrariados. Quando d. Edite Braga se excusa de entrar em discussão, os justus, os Justino e os jaboatão aparecem por traz do pãu do anonimato a me atirar apôdos e a lançar a minha competidora contra mim, em insinuações, tão perversas quão mesquinhas.

A imaginação dessa gente está criando um caso pessoal entre os candidatos á cadeira de pedagogia como se tudo não pudesse ser resolvido dentro do puro debate intelectual, a que estou chamando, dignamente, os que quiserem acompanhar-me no exame da prova escrita de minha antagonista.

Tendo um nome a zelar e, sobretudo, a dignidade do cargo que ocupo a defender, vim na obrigação de fazer a análise, que está molestando muito mais aos meus inimigos oculos que á minha concorrente.

Continúo a ter por esta o maximo respeito. Apesar da maneira pouco cortez, por que procurou lançar-me na desestima de meus concidadãos, ainda agora, e emquanto não se modificar o elevado conceito em que a tenho, (o que espero nunca acontecerá) para d. Edite só procederei com a costumada reverencia (e efeito da educação moral em que fui formado) rendendo homenagem ás suas peregrinas virtudes morais.

Alega d. Edite que deixa de discutir comigo, por se tratar, no caso, de uma professora e de seu superior hierarquico, -o director da instrução.

A minha digna competidora nunca alegou essa qualidade, em outras circunstancias, e póde desde já esquecer-la, pois não estou aparecendo senão, simplesmente, singelamente, como candidato á cadeira de Pedagogia da Escola Normal.

D. Edite póde estar á vontade e me perdõe se até aqui fui além da defêsa de um di-

reito que reputo incontestável - o de ficar de pé no conceito em que era tido, antes do concurso, na roda intelectual de minha terra.

Queixe-se mais da inhabilidade de seus defensores, que do ardor porventura existente em quem, de revoltado, pôde parecer violento.

Fica claro que para Moreira de Sousa, Edite Braga não passa de um brinquedo nas mãos de seus opositores. Trata a professora como se fosse uma criança inocente e inofensiva, que apenas foi usada para fins malévolos, por gente sem nenhum escrúpulo, capaz de qualquer gesto para resguardar o seu lugar no jogo do poder político. Justus analisa a nova posição adotada por Moreira de Sousa, depois que se viu ameaçado de ter também a sua prova esmiuçada nos jornais. O conhecimento histórico do concorrente de Edite é posto à prova e ridicularizado, no artigo **Dissecando a Prova Escrita do Sr. Moreira de Sousa:**

... Continuando a descrever a marcha da escola, escreveu o sr. Moreira de Sousa:

"Ninguém discutia. Veio o cristianismo e a sabedoria antiga continuou a ser ditada, já, agora (!) acrescida pela revelação".

Viram o disparate cronológico? O cristianismo, na prova, acompanhando a marcha da escola, foi colocado depois da Renascença e dos tempos que se lhe seguiram"...

Avancemos:

"Mas, conforme acentuei, linhas acima, avolumando-se a experiência dos séculos e passando a humanidade daquele primitivo coletivismo privilegiado, (?) para o individualismo igualitário que veio dar ao homem consciência do seu valor, libertando-o, até certo ponto (?) da tutela do conglomerado autoritário e despótico que se convencionou chamar governo, ou poder social eclesiástico e civil, para logo (?) surgiram as primeiras vozes (?) reivindicando para a criança os direitos que lhe haviam sido conferidos pela própria natureza e cuja postergação estava causando o mais sério dano à coletividade em geral".

Entenderam? Não há quem entenda isso! "Até certo ponto" - "para logo" - "primeiras vozes"...

A circunstância de tempo não está expressa e continua como um bonde que corre, sem parar, desde a Renascença até "agora". Qualquer fosforo mais ou menos verboso escreveria esse período. Fure-se com um alfinete essa linguiça e se terá verificado que ela está cheia de vento somente.] Como não quero alon-

gar-me, sr. Redator, aguardo-me para continuar amanhã, quando trarei a público os tópicos mais curiosos da prova escrita do sr. Moreira de Sousa.

JUSTUS

Justus leva adiante a sua tarefa de dissecar a prova escrita de Moreira de Sousa. Este se queixa de Justus, por não mostrar o seu verdadeiro rosto, escondido que está em pseudônimo, impedindo que o debate se faça de modo franco e leal. Pede, então, que Justus desça a sua máscara. Enquanto isso, corre uma celeuma paralela dos juristas Elias de Oliveira e Paulo Sarasate em relação ao famoso Concurso. O propósito de dissecar a prova de Moreira de Sousa ganha um novo pseudônimo: PUBLIUS. A *Gazeta de Notícias*, de 13 de junho de 1933, traz uma acusação ainda mais bombástica de Moreira de Sousa, que ao concluir que a sua concorrente plagiara 60% de seu texto com base em Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e muitos outros autores, lança mão de outra hipótese para analisar o caso:

UM CASO GRAVE

Um novo aspecto acaba de tomar o caso do concurso de Pedagogia, com as gravíssimas insinuações feitas pelo dr. Moreira de Sousa na "Gazeta" de hoje. Com efeito, o ilustre candidato, que também é diretor da Instrução Pública, lançou hoje, pelo referido matutino, as seguintes afirmações:

- De início, D. Edite cita o Pe Leonel Franca, com fidelidade pasmosa. Essa circunstância, combinada com as das transcrições de palavras grifadas, aspas e pontuação, encontradas nas obras de Lourenço Filho e Fernando de Azevedo, vem aumentar as suspeitas que se levantaram na consciência pública de que a prova escrita de D. Edite não pôde ser resultante de sua memória. O caso está reclamando um inquerito rigoroso, em que figurem testes de retentiva e de habilidade de escrever com pena e tinta, num momento de superexcitação."

"A prova de d. Edite não pôde ser resultante de sua memória"-diz claramente o dr. Moreira de Sousa.

Logo, duas hipóteses estão implicitamente formuladas pelo sr. Diretor da Instrução:

1ª.- a prova de d. Edite teria sido colada na ocasião do exame;

2ª.- a prova de d. Edite teria sido substituída durante o espaço de tempo que decorreu desde sua feitura até o momento de ser lida.

Não pôde haver outra dedução.

Quanto á primeira, estão visadas a banca e seu presidente, que assistiram ao exame e teriam permitido que d. Edite se socorresse de elementos que não podia decorar e dos quais teria se aproveitado para reproduzi-los da maneira detalhada exposta pelo dr. Moreira de Sousa.

Quanto á segunda, está em jogo a direção da Escola Normal, a quem coube a guarda da prova.

Ora, sendo o dr. Moreira de Sousa, o diretor da Instrução, e partindo de s. s. a suspeita ora publicada sob sua firma, é bem de avaliar-se a gravidade do assunto.

Note-se que é o proprio diretor da Instrução Publica quem a põe em chéque. Daí a suma gravidade do fato.

A acusação de Moreira de Sousa atinge de modo frontal a João Hippolyto, que este dirige officio ao Interventor Federal do Estado do Ceará, solicitando a abertura de um inquérito, escrito de próprio punho:

Fortaleza, 13 de junho de 1933.

Exmo Sr. Interventor Federal no Estado do Ceará.

Tendo o Dr. Joaquim Moreira de Souza publicado na Gazeta de Noticias de hoje um artigo, pondo em duvida a lisura do modus faciendi da prova escrita da sua competidora no Concurso de pedagogia, o que importa em falta que afeta a minha honorabilidade administrativa como presidente da comissão examinadora e Diretor da Escola Normal, peço a V. Excia para que seja aberto um inquerito no qual se apure a veracidade ou não dessa acusação.

Saudações,

a) J. Hippolyto de Azevedo e Sá

No início, o Interventor não vê motivos para constituir o inquérito solicitado. São passados ainda quatro meses até que uma comissão seja nomeada para examinar a prova escrita de D. Edite da Costa Braga. Os dois candidatos são solicitados a comparecer diante da Comissão, presidida pelo Secretário do Interior e da Justiça, no dia 1º de novembro de 1933, para serem ouvidos. Frente à frente os concorrentes, o debate fica ainda mais difícil, como se depreende do recorte de jornal abaixo:

O diretor da Instrução, no entanto, que ali também comparece por força do despacho interventorial,

porém que não se despoja de suas prerrogativas, tem tratado a subordinada, que é uma senhora respeitavel, com a mais condenavel rispidez e descortezia.

Fala-lhe em tom imperioso, tenta desmentí-la, repisa, com ares triunfais de quem descobriu uma plagiaria (!) e quer desmascará-la, criando, por esta forma, uma situação humilhantissima para uma das mais brilhantes e respeitaveis figura do ensino normal no Ceará, senhora estudiosa, dedicada a sua profissão e tão preocupada com a sua cadeira a ponto de saber de cór quasi toda a bagagem livresca dos mais autorizados pedagogos brasileiros.

Diante dos srs. Secretario do Interior, do diretor da Instrução Publica, do diretor da Escola Normal e do Promotor Clodoaldo Pinto, devendo comedir-se na sua qualidade de professora interina e de candidata, d. Edite Braga, ao que nos consta não mais comparecerá á comissão, poupando-se, destarte, de continuar a ouvir as palavras ásperas do sr. Diretor da Instrução Publica.

Julgamos que ela fará muito bem.

De grosserias, bastam a que o sr. Diretor já lhe atirou pela imprensa, com a sua honrada e brava assinatura.

A definição do que seja "plágio" ganha as páginas de jornais e abre espaço para a apreciação de diversos juristas cearenses. Até o famoso Clóvis Bevilacqua já fora convocado a dar o seu parecer sobre o assunto, o qual fora apresentado em jornal local, no dia 21.10.1933 e emitido no Rio de Janeiro, com data de 11 de julho de 1933. Nele, Bevilacqua afirma que o fato de um candidato não colocar aspas em trechos lidos com base em autores consultados, anteriormente, por candidatos em prova escrita de concurso público, não constitui problema algum. Para ele,

numa prova de concurso, escrita no momento sem o auxílio de livros, e sob as vistas da comissão examinadora, não há desprimor nessa fiel reprodução do ensino dos mestres. Não se exige de um concorrente que revele capacidade creadora, ou originalidade de forma, Quanto á substancia da materia do concurso, deve demonstrar que a conhece bem; e, quanto á forma que emprega na sua exposição, basta que seja correta e capaz de comunicar o pensamento com a necessaria clareza.

Outros juristas são consultados e seus pareceres, com destaque, publicados nos jornais locais, como é o caso de Beni Carvalho, Manuel Belém Figueirêdo e Eduardo Girão. Todos concordam com Clóvis Bevilacqua, como podemos ver na seguinte apreciação de Eduardo Girão:

Não póde ser a reprodução que o candidato faça de definições, ou trechos outros, de obras de mestres da materia, relidos de memoria. Aprende-se decorando e assimilando; o importante é saber, e escapa, por isso, á censura da lei que, reproduzindo o conhecimento adquirido, sobretudo em assunto científico, a consulente não o fizesse, em certas partes da prova, sob fôrma sua. Essa circunstancia poderia influir no julgamento, a criterio dos examinadores; não constitue, porém, o auxilio estranho que vicia e anula o ato. Daí o meu parecer, sub censura, - a) Eduardo Henrique Girão, advogado. Fortaleza, 1º de outubro de 1933.

Diretor do Instituto de Educação, Rio de Janeiro. (Reconheço a firma de Bergstrom Lourenço Filho, Rio, 24 de Julho de 1934. Eu JOSÉ RICARDO, substituto na ausência ocasional do tabelião).

Mas chega a hora da divulgação de um parecer ainda mais especial a favor da professora Edite Braga. O educador e jurista Lourenço Filho declara, em carta registrada endereçada à Edite Braga, apreciação idêntica aos pareceres já citados, a qual é publicada em jornal local. Respondendo à pergunta que lhe foi formulada por dona Edite, eis a opinião abalizada do advogado pedagogo:

... 3.ª - Pode-se acusar uma prova escrita de plágio, porque contenha a exposição de teorias ou doutrinas correntes, reproduzidas de livros impressos e conhecidos?

R- "Absolutamente não. O que se pede, numa prova escrita de concurso, como já foi explicado no quesito anterior, é justamente a reprodução de teorias assentadas e correntes. Como poderia o candidato demonstrar o seu conhecimento no assunto sem a elas se referir, ou sem expô-las muitas vezes, na mesma ordem e na mesma linguagem dos especialistas da matéria? O assunto da prova pode referir-se expressamente a determinadas doutrinas, ou não. Em qualquer dos casos, porém, é lícito ao candidato servir-se delas, para responder ás questões propostas, ou ventilar o tema que lhe tenha sido indicado. É da conveniência do próprio candidato indicar as fontes em que tenha estudado, especialmente, em se tratando de doutrinas novas; ou, ao menos, citar o autor ou autores, em que o pensamento exposto se fundamente. Isso feito, a prova poderá conter trechos integralmente reproduzidos dêsse autor ou dêsses autores, entre aspas ou não, sem que, a rigor, se possa arguir o candidato de plagiário(...).

.É o que me parece, em resposta aos quesitos apresentados. V.s. poderá fazer desta resposta o uso que julgar conveniente. Saudações atenciosas,

M. Bergstrom Lourenço Filho

Está próxima a divulgação do resultado relativo ao demorado processo. Chega-se ao segundo semestre do ano de 1934. Muitos outros fatos são reveladores do clima de intriga e conflito que envolve o Diretor da Instrução Pública, Moreira de Sousa e o Diretor da Escola Normal, João Hippolyto de Azevedo e Sá. Outros escândalos criados por concorrentes em concurso à vaga de professor da Escola Normal chegam aos jornais naquele ano, como o que dizia respeito a Antonio Filgueiras Lima e Heribaldo Dias da Costa, nos últimos meses de 1933, culminando, após processo similar ao do Concurso aqui tratado, com o triunfo de Filgueiras Lima. Há outras ocorrências relacionadas com processos movidos por alunas reprovadas, discordâncias sobre programas de estudo da Escola Normal, no interior do Conselho de Educação, denúncias de pais, críticas de teor variado envolvendo o modo de organização da educação escolar no Estado do Ceará que, ainda sob intervenção de administradores federais alinhados com os chamados "revolucionários de 30", sofre a pressão de um momento político, em que as dúvidas são maiores do que as certezas, os conflitos ideológicos e político-partidários atraem todos para numa estranha armadilha de ambição nervosa pelo poder de intervir na vida pública e construir o Estado, a Sociedade, a Escola, tudo sob o signo da ânsia arrebatadora por novidade e modernidade.

A briga sem fim entre Moreira de Sousa e João Hippolyto é o retrato de um ambiente em mudança, impulsionado por uma dinâmica voraz e complexa que impregna corações e mentes, alimentando ódios e disputas acirradas por status e prestígio, naquele mundo hierarquizado e hostil aos velhos procedimentos clientelistas. A educação é o lugar de realização e de expansão da classe média, ainda que as oportunidades de proa que ofereça sejam em número e poder de absorção bastante limitados, para comportar antigos e novos dirigentes. Se Joaquim quer representar a renovação educacional cearense na efervescente década de 30, João quer resguardar o poder adquirido pela sua participação na magnífica reforma de 1922 e, por essa razão, não quer deixar o campo livre para a ampliação do raio de influência do primeiro no âmbito da educação pública estadual. Por essa razão apega-se, com unhas e dentes, ao cargo de Diretor da Escola Normal Pedro II, a qual tem para ele o valor simbólico de ter sido o primeiro mais vasto laboratório das idéias escolanovistas no Brasil, já que a de Sampaio Dória, em São Paulo havia fracassado em poucos meses de experimentação.

Os dois educadores nunca iriam entender que a educação cearense, e eles próprios, poderiam ter ganho muito mais, se o ódio que alimentaram um pelo outro tivesse sido decifrado à luz da grande política, ao invés de ser encampado como resultado de querelas puramente pessoais, que acabaram por lhes minar a saúde e a paz de espírito, pelo resto de suas vidas, ambas findas na década de 60, tendo o João partido em 1962, aos 81 anos de idade, e o Joaquim, em 1968, quando atingira seus 75 anos. Para as famílias dos dois, a intriga que alimentaram por quatro longas décadas foi forte o bastante para que também passassem a considerá-la um fato central em suas vidas. Talvez por isso, ambas tenham cuidado tanto de documentar e alimentar a memória, repisando, ainda hoje, os episódios relativos aos embates em que se engalfinharam os seus eminentes progenitores, como os dois educadores cearenses mais importantes da história educacional do Ceará, no período compreendido entre a década de 20 e de 30 do presente século.

A vaidade de intelectuais competentes e proeminentes corroeu a possibilidade de um entendimento menos passional do que significavam na vida política e social local.

Por isso, hoje, me é possível entender, a partir dos próprios relatos e documentação que eles organizaram daquilo que protagonizaram na nossa história, o quanto foi difícil para Moreira de Sousa suportar a notícia da vitória de Edite Braga naquele tumultuado concurso, festejada que foi com grande pompa no Palacete de Anastácio Braga, com a presença das mais gradas autoridades da vida pública cearense, tudo regado com animadas danças, champagne e discursos fervorosos. Acompanhemos o que soube Moreira de Sousa dessa festa, através dos relatos de presentes e de jornais locais, no exato momento em que os festejos atingem o seu clímax:

A's 22 horas, acompanhado pelo major Juarez Távora, deu entrada no palacete o exmo. Sr. Interventor Federal, coronel Moreira Lima, o qual foi recebido com uma demorada salva de palmas.

Logo depois, á champagne,-presentes os srs. Cel. Moreira Lima, major Juarez Távora, major Dias de Freitas, deputados Fernandes Távora e José Borba, dr. Luiz Moraes Correia e outras pessoas gradas- usou da palavra o jornalista Demócrito Rocha, saudando d. Edite Braga pelo triunfo merecidamente obtido e que não foi mais do que um preito de justiça á inteligência, á cultura e ao desassombro da ilustre candidata.

Esta, bastante emocionada, mas com a voz pausada e firme, proferiu então lindas palavras de agradecimento, colhidas quasi na íntegra e assim reproduzidas pela reportagem de O POVO:

"Dr. Demócrito Rocha. As Vossas palavras sensibilizaram-me e encorajam-me grandemente. Mas eu preciso dizer-vos que a vitória de hoje não é inteiramente minha: ela é também, em grande parte, daqueles que me ensinaram que não há vitória sem luta; dos que me venceram de que a glória é dos que mais trabalham, mas é preciso serem êles os mais dignos e os mais fortes; dos que me acompanharam nesta longa "via-crucis" que foi o Concurso de Pedagogia da Escola Normal Pedro II; dos que me defenderam materialmente, naquela memorável manhã de 27 de maio de 1933 no Teatro José de Alencar, contra a fúria incontida de meus adversários e, ainda mais- senhores do ódio injustificado de muitas de minhas colegas, que esqueceram os mais rudimentares princípios de solidariedade, de fraternidade, esqueceram antes de tudo que eu, como elas, era uma mulher!

A vitória também é vossa, que fostes Justus, que me defendestes ardorosamente pelas colunas de vosso brilhante jornal.

É para êles e é para vós que neste momento peço todos os cumprimentos,-é para êles e é para vós que neste momento elevo a Deus uma prece- ao Deus que é vosso, ao Deus que é de todos os católicos, ao Deus que é também de todos aqueles que formam o Partido Social Democrático.

As dansas prolongaram-se até pela madrugada, tendo o casal Anastácio Braga cumulado os presentes de grandes atenções e gentilezas. O Diretório municipal do Partido Social Democrático, do qual d. Edite Braga faz parte, compareceu incorporado á reunião, tendo á frente o presidente do mesmo diretório dr. Amadeu Furtado.

Joaquim Moreira de Sousa perdera sua batalha. A bordo do navio Almirante Jaceguay, viu a cidade de Fortaleza e as dunas do Mucuripe desaparecerem, com a sensação amarga de ter sido em vão a luta que travara para ocupar a Escola Normal Pedro II, que lhe permitiria realizar a tão desejada renovação educacional do Ceará. Mas, de tudo, ficara o êxito de sua cruzada para a criação da primeira Escola Normal Rural no Brasil e as promessas inscritas naquele oceano largo de uma nova vida na Capital da República, onde poderia contar com a mão amiga de Anísio Teixeira e de novos horizontes profissionais. Enquanto ele se retirava, Edite Braga era nomeada a nova Diretora da Escola Normal e João Hippolyto assumia a direção da Instrução Pública do Estado do Ceará.